

Orientação profissional e licenciatura em Psicologia: uma aproximação possível

Omar Calazans Nogueira Pereira¹
Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil

Resumo

Há uma escassez de pesquisas sobre como a orientação profissional se aproxima da licenciatura em Psicologia. Este estudo apresenta como objetivo fazer uma aproximação entre o campo da orientação profissional e a licenciatura. Para isso, é descrito como a orientação profissional se destacou, no Estado de São Paulo, como um tema pertinente ao longo da história do ensino de Psicologia no Ensino Médio. Com o distanciamento existente, a orientação profissional perde os saberes da licenciatura. Da mesma forma, faz-se relevante a inserção do ensino de orientação profissional na licenciatura em Psicologia.

Palavras-chave: orientação vocacional, ensino da psicologia, ensino médio

Abstract: Vocational counseling and the Psychology teaching: a possible approach

There is a lack of research on how vocational guidance approaches the degree of teaching in Psychology. This study aims to establish a connection between the field of vocational guidance and the degree of Psychology teaching. Therefore, it is described, as vocational orientation was emphasized in the state of São Paulo, a relevant theme throughout the history of the Psychology teaching in the secondary school. With the existing gap, the professional orientation loses the knowledge of the degree in teaching Psychology. In the same way, the inclusion of the teaching of vocational counseling in the degree of teaching in Psychology becomes relevant.

Keywords: vocational guidance, psychology teaching, secondary education

Resumen: Orientación profesional y licenciatura en Psicología: una aproximación posible

Existen pocas investigaciones que abordan la relación entre orientación profesional y la licenciatura en Psicología. Este estudio presenta como objetivo establecer una conexión entre el campo de la orientación profesional y la licenciatura. Con este propósito, se describe como la orientación profesional se destacó, en el estado de São Paulo, como un tema relevante a lo largo de la historia de la enseñanza de la Psicología en la enseñanza media. Con la brecha existente, la orientación profesional pierde los saberes de la licenciatura. Del mismo modo, se torna relevante la inclusión de la orientación profesional en la licenciatura en Psicología.

Palabras clave: orientación vocacional, enseñanza de la Psicología, educación secundaria

¹ Endereço para correspondência: Rua Doutor Álvaro Alvim, 123, Vila Mariana, 04018-010, São Paulo-SP.
E-mail: omar.calazans@gmail.com

Na formação de orientadores profissionais e sua atuação em escolas, principalmente em disciplinas na grade curricular, observa-se um distanciamento da área com relação à licenciatura em Psicologia. O objetivo desse estudo teórico é fazer uma aproximação entre o campo da orientação profissional realizado dentro das escolas na grade curricular e a licenciatura em Psicologia.

Foi realizado um levantamento da literatura em livros, dissertações e teses reconhecidos como referência nas áreas da orientação profissional e da licenciatura em Psicologia, e um levantamento bibliográfico entre os anos de 2000 e 2016 nas bases de dados Pepsic, Scielo Brasil e Portal de Periódicos da Capes, utilizando-se os termos orientação profissional, orientação vocacional, licenciatura e psicologia, ensino e psicologia. A partir disto, escolheu-se descrever neste estudo como a orientação profissional tem se destacado como um tema pertinente ao ensino de Psicologia no Ensino Médio no Estado de São Paulo.

A escolha pela ênfase no contexto nacional deve-se à dificuldade em estabelecer comparações entre o ensino de Psicologia nas escolas brasileiras com aquele que ocorre em outros países, assim como estabelecer paralelos entre a licenciatura em Psicologia nacional com a internacional. Já a escolha pela descrição do ensino de Psicologia no Estado de São Paulo decorre da ausência de publicações sobre como este ensino se desenvolveu nos outros estados.

A importância da orientação profissional nas escolas é reconhecida pela literatura brasileira científica da área. Uvaldo (1995) aponta a limitação em oferecer programas de orientação profissional apenas ao Ensino Médio e julga que a relação homem-trabalho deve se destacar como o grande foco da orientação. Com relação às políticas públicas, Silva (2010) ressalta a importância de programas de orientação profissional que auxiliem os jovens a construir projetos profissionais que diminuam sua vulnerabilidade psicossocial, adequando a proposta de orientação ao contexto em que a escola está inserida.

Dentre os autores que trazem a orientação profissional no contexto escolar, Uvaldo e Silva (2001) relatam um projeto de orientação profissional em duas escolas, na qual a orientação como disciplina na grade curricular se estendia da oitava série (atualmente, nono ano) do Ensino Fundamental à segunda série do Ensino Médio. Affonso e Sposito (2005) trazem uma disciplina na grade com alunos dos dois anos finais do Ensino Fundamental e, no Ensino Médio, há os trabalhos de Crestani (2016) na grade e Albanese (2016) na modalidade de encontros grupais.

Souza, Toledo, Martins e Vardi (2004) descrevem um projeto existente desde 1988 em um colégio particular. Nesta escola, ao longo dos três anos do Ensino Médio, os

alunos passam por diversas situações de escolha, como, por exemplo, escolher matérias eletivas a cada ano e, no segundo ano, escolher um tema para fazer uma monografia e desenvolver um projeto. Ainda, nessa série, há intervenções pontuais em sala de aula abordando a questão da escolha. No terceiro ano do Ensino Médio, a orientação profissional entra como disciplina obrigatória desenvolvida no primeiro semestre, na qual ocorrem atividades como visita a faculdades, palestras com profissionais e ex-alunos do colégio, visitas a locais de trabalho.

Munhoz, Melo-Silva e Audibert (2016) e Munhoz e Melo-Silva (2011) trazem a educação para a carreira como uma modalidade de orientação profissional inserida na educação básica – composto pela Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino profissionalizante ou técnico –, como uma disciplina ou como tema transversal ao currículo, dentre outras possibilidades, envolvendo escola, família e comunidade. Ainda, Barbosa e Lamas (2012) descrevem um projeto realizado com o segundo ano do Ensino Médio, o qual contou com a participação de professores desenvolvendo de forma transversal ao currículo atividades relacionadas ao trabalho e à escolha profissional, e Aguiar e Conceição (2011) realizaram um curso com profissionais da educação para capacitá-los a pensar a orientação vocacional como tema transversal.

Por último, sobre experiências de orientação realizadas em sala de aula na pré-escola, as autoras Lassance e Audibert (2010) realizaram intervenções com crianças em uma escola particular e, em uma creche pública, temos Pasqualini, Garbulho e Schut (2004).

Nos trabalhos mencionados acima, que se referem à orientação profissional inserida na grade curricular, o orientador assume um papel de professor. Entretanto, há uma escassez de pesquisas sobre como a orientação profissional poderia dialogar ou se aproximar da licenciatura em Psicologia, ou como poderia se beneficiar dos conhecimentos desta. Neste campo de interseção entre a Psicologia e a Educação, surge o questionamento se a formação do orientador profissional é suficiente para este poder atuar como professor ou lecionar.

A licenciatura é a formação específica de professores de diversas áreas do conhecimento (por exemplo, matemática, história, geografia) para atuarem na educação básica, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Ou seja, é preciso ser licenciado para lecionar na educação básica, inclusive, no caso de psicólogos, mesmo que não haja na grade curricular uma disciplina específica de Psicologia em todos os níveis de ensino, como na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (Maciel, 2009). Atualmente, está em vigor a Resolução no. 5 do Conselho Nacional de Educação, de 15

de março de 2011, que institui a obrigatoriedade do oferecimento da licenciatura em todos os cursos de Psicologia, sendo optativo para o aluno realizá-la.

No trabalho de Faleiros (2014), que realizou uma proposta de Educação para a Carreira como disciplina na grade em uma escola técnica, é apontada a contribuição da licenciatura em Psicologia para a atuação do orientador-professor, a começar pelo seu papel em sala de aula. Da mesma forma, a autora menciona que educador para a carreira poderia ser entendido como uma nova forma de atuação para o licenciado em Psicologia, para além daquelas elencadas por Sekkel e Machado (2007). Aprofundando nas questões que Faleiros (2014) levanta, é possível entender que algumas de suas dificuldades na implementação do projeto, como o preenchimento do diário de classe, o manejo do tempo da aula e da quantidade de alunos na turma, são desafios que surgem ao se adaptar modelos de orientação profissional que têm por origem a perspectiva clínica. Afinal, uma vez que o orientador profissional leciona em uma disciplina na grade curricular, ou seja, se torna professor, lhe serão atribuídas tarefas que todo professor tem que lidar. Uvaldo, Garcia, Munhoz e Teixeira (2012) apontam a necessidade de se incluir na formação dos orientadores profissionais conhecimentos sobre o funcionamento do sistema de ensino brasileiro, dos processos de aprendizagem e das linhas pedagógicas. Estes conhecimentos embasam o planejamento das escolas e poderão nortear propostas de trabalhos de orientação profissional que respeitem o projeto político-pedagógico da escola e, ao mesmo tempo, mantenham um caráter crítico que deve ser propiciado.

Há registros de experiências de orientação profissional realizadas por estagiários de licenciatura em Psicologia ou formados na área. Scorsolini-Comin, Nedel e Santos (2011) descrevem intervenções de orientação profissional coordenadas por estagiários de licenciatura na disciplina de Psicologia no Ensino Médio de uma escola pública. Os autores apontam a possibilidade de se trabalhar temas transversais com os alunos nesta disciplina, incluindo a questão da escolha profissional. Também em uma escola pública, Silva (2011) avaliou a implementação de uma disciplina de Psicologia, na qual as aulas para o segundo ano do Ensino Médio eram voltadas para questões do mundo do trabalho.

Concernente à relação entre a licenciatura em Psicologia e a orientação profissional, há que se levar em conta, antes, a relação da Psicologia com a docência, principalmente, na educação básica. Para Mrech (2001), o ensino de Psicologia no Ensino Médio sempre foi desprezado pelos próprios profissionais da Psicologia. A licenciatura seria vista por estes como uma opção menor

ou com menos prestígio social. Também, há a questão de que os psicólogos supervalorizam sua capacidade enquanto agentes formadores. Em outras palavras, os psicólogos acreditam que estariam isentos de um preparo e capacitação prévios para atuarem como professores, como se naturalmente já soubessem o que é ensinar e como fazê-lo (Mrech, 2001). Além disso, há outros fatores que influenciam o desinteresse pela docência como condições de trabalho precárias e a qualidade dos cursos de licenciatura (Larocca, 2007; Mrech, 2007).

Breve histórico da licenciatura em Psicologia no Estado de São Paulo e a orientação profissional enquanto tema no ensino de Psicologia no Ensino Médio

No âmbito do ensino de Psicologia, um marco importante foi o estabelecimento da Psicologia enquanto disciplina na história da educação brasileira, o que aconteceu em 1890, através da Reforma Benjamin Constant. Por meio dela, a disciplina “filosofia” foi transformada em “Psicologia e Lógica”, o que, posteriormente, se desdobrou na disciplina de Psicologia e Pedagogia nas Escolas Normais (Antunes, 2008; Mrech, 2007). A Psicologia surge, também, como conteúdo pelo Decreto no 218 de 1893 nos Ginásios. A disciplina era ministrada junto com Antropologia e Lógica aos alunos do sexto ano do curso (Massimi, 1993).

Posteriormente, ao longo da primeira metade do século XX, a Psicologia esteve presente como disciplina obrigatória, optativa ou como conteúdo contemplado em outras disciplinas. No entanto, não há informações detalhadas de como isso ocorreu (Pandita-Pereira, 2011). Somente a partir da segunda metade do século XX surgem com consistência registros e pesquisas que apontam avanços e retrocessos no ensino de Psicologia.

Para Leite (2007), “a política educacional pós-64, praticamente, excluiu as disciplinas da área de ciências humanas do currículo das escolas brasileiras do 2º grau” (Leite, 2007, p. 12), pois a política educacional da época era expressão das formas existentes de controle social e político. No que se refere exatamente ao ensino de Psicologia, foi extinto no Ensino Médio regular pela promulgação da Lei no 5.692 de 1971, junto com as disciplinas de Filosofia e Sociologia, dando lugar à disciplina Educação Moral e Cívica (Dadico, 2009).

No final dos anos 1970, coincidindo com a luta de redemocratização do país, surgiu um movimento nas entidades de representação dos psicólogos do Estado de São Paulo a favor do retorno da disciplina de Psicologia, assim como as de Filosofia e Sociologia por meio de seus respectivos representantes de classe. Em 1983, através da

Resolução no 236/83 da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (1983, citado por Dadico, 2009), o ensino de Psicologia volta ao Ensino Médio como disciplina optativa. De acordo com levantamentos realizados na época, o número de escolas com a disciplina de Psicologia no Ensino Médio variou aproximadamente entre 440 e 600, entre os anos de 1983 e 1987 (Mrech, 2001).

Considerando um concurso de ingresso para professores que seria realizado pela Secretaria de Educação em 1986, a Comissão de Ensino do Conselho Regional de Psicologia promoveu, em 1985, um curso para psicólogos denominado “Psicólogo – Docente no Ensino de 2º Grau” (Leite, 2007). O curso aconteceu na cidade de São Paulo, com 250 psicólogos interessados. Durante mais de dois meses, foram desenvolvidos no curso onze grandes temas escolhidos pela Comissão de Ensino. Para cada tema, foi chamado um especialista para proferir um seminário sobre o assunto e elaborar um texto. O material elaborado no curso foi organizado em livro e publicado em 1986, com o nome “Psicologia no ensino de 2º grau: uma proposta emancipadora” (Conselho Regional de Psicologia de São Paulo & Sindicato de Psicólogos no Estado de São Paulo, 1987), apresentando uma proposta de conteúdos para serem ministrados. A escolha por temas e não por correntes teóricas ocorreu devido à avaliação, pela Comissão de Ensino, sobre o trabalho dos docentes na rede, na qual os cursos desenvolvidos em torno das teorias psicológicas se tornaram burocratizados, não contribuindo para a análise das condições de vida do jovem (Leite, 2007). Os temas escolhidos para o curso variaram entre adolescência, neutralidade científica, motivação humana, alienação, agressividade, emoção, afetividade, trabalho e profissão, dentre outros.

Na década de 1990, segundo Leite (2007), houve um refluxo das discussões sobre as disciplinas de ciências humanas no ensino do 2º grau, ocasionado por múltiplos fatores. Dentre estes, o Conselho Regional de Psicologia e o Sindicato de Psicólogos se distanciaram progressivamente da questão da disciplina de Psicologia no Ensino Médio, provavelmente por considerarem que o concurso de ingresso de professores, ocorrido na década de 1980 na rede de ensino, seria suficiente para firmar a disciplina de Psicologia. Por último, na esfera federal, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) de 1996 foi omissa com relação às disciplinas de Psicologia, Sociologia e Filosofia.

Nos anos 2000, a nível federal, por meio da Lei no 11.684 sancionada em 2008, houve o retorno das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio das escolas públicas e particulares, o que não

ocorreu com a Psicologia. A nível estadual, o que houve foi também um retrocesso para o ensino de Psicologia. Em 2005, pela Resolução no 6/2005 (2005, citado por Dadico, 2009) da Secretaria de Educação, na rede estadual foram fixadas duas aulas de Filosofia no primeiro ano do Ensino Médio, duas aulas de Sociologia no segundo ano e, no terceiro ano, duas aulas de qualquer das disciplinas de Psicologia, Sociologia e/ou Filosofia. Segundo Kohatsu (2013) e Dadico (2009), em dezembro de 2007, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo através da Resolução no 92/07 revogou as decisões anteriores e reformulou a organização curricular do Ensino Médio da rede pública. Como consequência, a partir de 2008, a disciplina de Psicologia foi retirada do currículo do Ensino Médio da rede.

Com relação ao ensino de Psicologia, mais especificamente os conteúdos trabalhados, Kohatsu (2013) realizou, em 2008, entrevistas com treze professores de Psicologia no Ensino Médio que atuavam na rede pública do Estado de São Paulo. O autor constata que embora muitos professores trabalhassem conteúdos teóricos, estes enfatizavam a discussão de temas por considerarem algo mais próximo da vivência dos alunos. Dentre temas como sexualidade, drogas, família, identidade e relacionamento, o tema mais citado pelos professores foi profissão/trabalho. Nove dos treze entrevistados mencionaram que trabalhavam o tema com os alunos por meio de discussão e dinâmicas, trazendo esta questão para eles no terceiro ano do Ensino Médio. Como um todo, os professores entendiam que as aulas de Psicologia deveriam promover no jovem o pensamento crítico sobre suas relações com o mundo. Dessa forma, os professores se empenhavam para que as aulas fossem significativas para os alunos.

Ainda segundo Kohatsu (2013), no que tange às referências bibliográficas utilizadas pelos professores, nove professores relataram utilizar o livro “Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia” dos autores Bock, Furtado e Teixeira (1999). O livro divide-se em três partes. Na última delas, são apresentados temas relacionados à vivência do jovem como família, escola, adolescência, violência e escolha profissional.

Em 2009, no Estado de São Paulo, de acordo com Kohatsu (2013), havia 125 professores de Psicologia concursados e efetivos, número que foi diminuindo gradativamente à medida que foram se aposentando. Estes professores, com a retirada da disciplina de Psicologia, deixaram de ministrar aulas, passando a exercer funções administrativas ou pedagógicas nas escolas ou na Diretoria de Ensino. Com relação aos professores não contratados por concurso público, segundo o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (Kohatsu, 2013),

estimava-se que, em 2008, eram cerca de 700 professores de Psicologia na rede estadual. Estes últimos foram exonerados ou passaram a ministrar outras disciplinas como Filosofia, Sociologia ou Biologia.

Por fim, no ensino técnico profissionalizante, no campo das Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) do Estado de São Paulo, a Psicologia continua presente, seja como disciplina ou enquanto conteúdo presente em outras disciplinas. Em ambos os casos, não são ministrados conteúdos exclusivos da Psicologia, e, dessa forma, além do licenciado em Psicologia, também professores com outras formações acadêmicas podem ministrá-las, como Administração, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Sociologia, etc. (Pandita-Pereira, 2011; Kohatsu, Silva, Scavasin, & Pereira, 2016).

Considerações finais

Ao longo da história do ensino de Psicologia no Ensino Médio, a orientação profissional esteve presente enquanto tema ou conteúdo. Nas propostas de conteúdos que existiram para a disciplina de Psicologia, os livros “Psicologia no ensino de 2º grau” (1987) elaborado pelo Conselho Regional de Psicologia e o Sindicato de Psicólogos, ambos do Estado de São Paulo, e o “Psicologias” de Bock, Furtado e Teixeira (1999), a orientação se apresentou como um tema relevante. Da mesma forma, a discussão sobre trabalho e profissão emerge como o tema mais citado por professores de Psicologia quando foi pesquisado quais conteúdos eram ministrados por estes. As propostas de ensino de Psicologia mencionadas enfatizam a relevância de serem trazidos temas que façam parte do cotidiano dos jovens, que dialoguem com suas experiências e necessidades e, por isso, a orientação profissional se apresenta como essencial.

Dado o panorama apresentado neste estudo, emergem duas questões que merecem aprofundamento em futuras pesquisas ou trabalhos. A primeira delas é qual a formação que o orientador profissional possui para trabalhar em escolas e, principalmente, trabalhar como professor. Recomenda-se que orientadores profissionais interessados

em trabalhar na área educacional possam realizar a formação de professores de Psicologia, ou seja, a licenciatura. O que se observa na formação dos orientadores profissionais em sua atuação em disciplinas na grade curricular é um distanciamento com a licenciatura e um aparente desconhecimento de suas possibilidades de atuação como professores de Psicologia. Com isso, a orientação profissional perde os saberes próprios da licenciatura como metodologias de ensino, o manejo do tempo, didática de ensino, conhecimento sobre o processo de elaboração e análise de projetos políticos-pedagógicos, etc. Não é por acaso que uma das únicas produções acadêmicas que trazem a importância do diálogo entre a orientação e a licenciatura em Psicologia relata as dificuldades que foram encontradas na implementação de uma disciplina de orientação profissional na grade curricular.

A segunda questão que merece ser abordada em futuros estudos é a possibilidade da inserção do ensino de orientação profissional nos cursos de licenciatura em Psicologia ou em momentos posteriores à formação nestes. Esta inserção poderia acontecer em disciplinas como Estágio Supervisionado ou Metodologia do Ensino de Psicologia, por exemplo, ou através da criação de disciplinas exclusivas de orientação profissional. A literatura mostra que a discussão sobre o mundo do trabalho se impõe como demanda para professores de Psicologia na Educação Básica. No entanto, questiona-se a existência de uma atual formação adequada para tal atuação nos cursos de formação de professores.

Na questão de abrangência, o ensino de Psicologia, ao menos no Estado de São Paulo, esteve presente em centenas de escolas da rede estadual e ainda está presente nas escolas técnicas estaduais. Com uma aproximação com a licenciatura em Psicologia, a orientação profissional ganha, enquanto área, a possibilidade de aumentar seu campo de atuação, inclusive, obtendo uma nova forma de ser pensada em termos de política pública. Também, há a necessidade de serem construídos e aprimorados modelos de orientação profissional que possam ser trabalhados por orientadores ou professores de Psicologia, em disciplinas na grade curricular.

Referências

- Affonso, R. M. L., & Sposito, L. L. (2005). Oficinas de orientação profissional no contexto escolar: a construção de um modelo. In M. C. P. Lassance, A. C. Paradiso, M. P. Bardagi, M. Sparta, & S. L. Frischenbruder (Orgs.), *Intervenção e compromisso social. Orientação profissional: teoria e técnica* (Vol. 2, pp. 173-184). São Paulo: Vetor.
- Aguiar, F. H. R., & Conceição, M. I. G. (2011). Orientação vocacional como tema transversal: uma experiência com profissionais da educação. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 12(1), 107-117. Recuperado em 15 abril 2016, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v12n1/12.pdf>

- Albanese, L. (2016). Um modelo de orientação profissional em grupo na escola pública. In R. S. Levenfus (Org.), *Orientação vocacional e de carreira em contextos clínicos e educativos* (pp. 79-96). Porto Alegre: Artmed.
- Antunes, M. A. M. (2008). Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 2(2), 469-475. DOI: 10.1590/S1413-85572008000200020
- Barbosa, A. J. G., & Lamas, K. C. A. (2012). A orientação profissional como atividade transversal ao currículo escolar. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 461-468. DOI: 10.1590/S1413-294X2012000300015
- Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. L. T. (1999). *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia* (13a ed.). São Paulo: Saraiva.
- Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, & Sindicato de Psicólogos no Estado de São Paulo. (1987). *Psicologia no ensino de 2º grau: uma proposta emancipadora* (2a ed.). São Paulo: Edicon.
- Crestani, R. A. (2016). Modelo de orientação profissional na escola privada. In R. S. Levenfus (Org.), *Orientação vocacional e de carreira em contextos clínicos e educativos* (pp. 64-78). Porto Alegre: Artmed.
- Dadico, L. (2009). Práticas educacionais distintas: a psicologia no ensino médio paulista. *Cadernos de Pesquisa*, 39(137), 421-440. DOI: 10.1590/S0100-15742009000200006
- Decreto no 218. (1893, 27 de novembro). Aprova o Regulamento da Instrução para execução das leis ns. 88, de 8 de Setembro de 1892, e 169, de 7 de Agosto de 1893. Recuperado em 7 junho 2016, de <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1893/decreto-218-27.11.1893.html>
- Faleiros, N. P. (2014). *Educação para a carreira no cotidiano da escola pública: proposta de modelo interventivo para a grade curricular* (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Kohatsu, L. N. (2013). O ensino de psicologia no ensino médio: relato de professores da rede pública do estado de São Paulo. *Psicologia: Ensino & Formação*, 4(2), 34-64. Recuperado em 15 abril 2016, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v4n2/v4n2a04.pdf>
- Kohatsu, L. N., Silva, F. D., Scavasin, F. A. D., & Pereira, O. C. N. (2016). A formação de professores de psicologia e a docência nos cursos técnicos profissionalizantes. In V. G. Massabni, & M. A. P. Pipitone (Orgs.), *Formação de professores para a educação profissional* (pp. 121-141). Curitiba: Editora CRV.
- Larocca, P. (2007). O ensino de psicologia no espaço das licenciaturas. *ETD – Educação Temática Digital*, 8(2), 295-306. DOI: 10.20396/etd.v8i2.663
- Lassance, M. C. P., & Audibert, A. (2010). Educação para a carreira no jardim-de-infância: uma proposta de intervenção. In M. C. Taveira (Org.), *Integração e bem-estar em contextos de trabalho* (pp. 80-93). Braga: APDC.
- Lei nº 5.692. (1971, 11 de agosto). Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Recuperado em 8 junho 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm
- Lei nº 11.684. (2008, 2 de junho). Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Recuperado em 25 abril 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm
- Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9.394. (1996, 20 de dezembro). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado em 13 janeiro 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.
- Leite, S. A. S. (2007). Psicologia no Ensino Médio: desafios e perspectivas. *Temas em Psicologia*, 15(1), 11-21. Recuperado em 15 abril 2016, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v15n1/03.pdf>
- Maciel, M. S. (2009). *Cursos técnicos: um campo de atuação para o licenciado em psicologia na cidade de belo horizonte* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.
- Massimi, M. (1993). Projetos de lei prevendo a inserção da psicologia nos currículos do ensino superior e secundário no Brasil do século XIX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 9(2), 261-269.
- Mrech, L. M. (2001). Casa de ferreiro, espeto de pau: o campo da psicologia no ensino médio. In A. J. Severino & I. C. A. Fazenda (Orgs.), *Conhecimento, Pesquisa e Educação* (pp. 143-160). Campinas: Papirus.
- Mrech, L. M. (2007). Um breve histórico a respeito do ensino da psicologia no ensino médio. *ETD – Educação Temática Digital*, 8(2), 225-235. DOI: 10.20396/etd.v8i2.657
- Munhoz, I. M. S., & Melo-Silva, L. L. (2011). Educação para a carreira: concepções, desenvolvimento e possibilidades no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 12(1), 37-48. Recuperado em 15 abril 2016, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v12n1/06.pdf>
- Munhoz, I. M. S., Melo-Silva, L. L., & Audibert, A. (2016). Educação para a carreira: pistas para intervenções na educação básica. In R. S. Levenfus (Org.), *Orientação vocacional e de carreira em contextos clínicos e educativos* (pp. 41-63). Porto Alegre: Artmed.

- Pandita-Pereira, A. (2011). *Reflexões sobre o ensino médio de psicologia em escolas técnicas estaduais de São Paulo* (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Pasqualini, J. C., Garbulho, N. F., & Schut, T. (2004). Orientação profissional com crianças: uma contribuição à educação infantil. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 5(1), 71-85. Recuperado em 15 abril 2016, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v5n1/v5n1a07.pdf>
- Resolução nº 5 do Conselho Nacional de Educação*. (2011, 15 de março). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Recuperado em 15 abril 2016, de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&category_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192
- Resolução nº 92/07*. (2007, 19 de dezembro). Estabelece diretrizes para a organização curricular do ensino fundamental e médio nas escolas estaduais. Recuperado em 25 abril 2016, de http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/92_07.htm
- Scorsolini-Comin, F., Nedel A. Z., & Santos, M. A. (2011). Temos nosso próprio tempo: grupo de orientação de escolhas profissionais com alunos do ensino médio. *Vínculo*, 8(1), 2-9. Recuperado em 15 abril 2016, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v8n1/a02.pdf>
- Sekkel, M. C., & Machado, A. M. (2007). O projeto pedagógico do curso de formação de professores de psicologia do Instituto de Psicologia da USP. *Temas em Psicologia*, 15(1), 127-134. Recuperado em 15 abril 2016, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v15n1/13.pdf>
- Silva, F. F. (2010). *Construção de projetos profissionais e redução da vulnerabilidade social: subsídios para políticas públicas de orientação profissional no ensino médio* (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Silva, G. D. da (2011). Relato de uma pesquisa avaliativa sobre as contribuições da psicologia para o ensino médio. *Psicologia: Ensino & Formação*, 2(1), 57-76. Recuperado em 15 abril 2016, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v2n1/06.pdf>
- Souza, A. M. O., Toledo, L. C. C., Martins, A. N., & Vardi, C. H. G. R. (2004). Olhando para o futuro: orientação profissional na grade curricular. In Z. B. Vasconcellos, & I. D. Oliveira (Orgs.), *Orientação vocacional: alguns aspectos teóricos, técnicos e práticos* (pp. 187-197). São Paulo: Vetor.
- Uvaldo, M. C. C. (1995). Relação homem-trabalho: campo de estudo e atuação da orientação profissional. In I. B. Güntert, & J. V. A. Güntert (Eds.), *A escolha profissional em questão* (pp. 209-229). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Uvaldo, M. C. C., & Silva, F. F. (2001). Orientação profissional: uma experiência na escola. *Labor: Revista do Laboratório de Estudos sobre Trabalho e Orientação Profissional*, 0, 76-84.
- Uvaldo, M. C. C., Garcia, M. L. D., Munhoz, I. M. S., & Teixeira, M. O. (2012). Síntese das discussões e propostas do grupo de trabalho: interfaces entre a orientação profissional, educação e psicologia escolar. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 13(1), 125-128. Recuperado em 15 abril 2016, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v13n1/15.pdf>

Recebido: 18/08/2016
1ª reformulação: 01/12/2016
Aceite final: 18/04/2017

Sobre o autor

Omar Calazans Nogueira Pereira é psicólogo e licenciado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), mestrando em Psicologia Social na USP. Trabalha atualmente como consultor de carreira na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP).